

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Projecto de lei nº 106/XIII

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Direcção Distrital de Leiria do Sindicato dos Professores da Região Centro

Morada ou Sede

Rua dos Mártires, 26, r/c Dto,

Local Leiria

Código Postal 2400-186 LEIRIA

Endereço Electrónico leiria@sprc.pt

Contributo:

Parecer que se anexa (1 página)

Data: Leiria, 02 de Março de 2016

Assinatura



(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical ou associação de empregadores, etc.



Direcção Distrital de Leiria

Apreciação do Projecto de Lei n.º 106/XIII (1.a) — Reforça os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, garantindo um combate mais efectivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando o artigo 12.º do Código do Trabalho (BE)

O projecto de Lei n.º 106/XIII (1.a), da iniciativa do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, visa reforçar os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, constantes do artigo 12.º do Código do Trabalho, por forma a garantir um combate mais efectivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado.

A Direcção Distrital de Leiria do Sindicato dos Professores da Região Centro concorda com o projecto de lei apresentado, considerando-o também oportuno, face à existência de um número cada vez maior de falsos contratos de prestação de serviços, encapotando contratos de trabalho efectivos.

Sendo clara a distinção teórica e legal entre contrato de trabalho e contrato de prestação de serviços, no âmbito da respectiva aplicação, a distinção entre estes dois tipos de contratos torna-se, frequentemente, menos fácil.

Reveste-se assim de enorme importância, a existência de presunções legais de verificação de contrato de trabalho, na medida em que estas impliquem a inversão do ónus da prova, face à alegação da prova pelo trabalhador, cabendo ao empregador demonstrar a inexistência de trabalho subordinado.

Neste contexto, manifestamos o nosso acordo relativamente às novas presunções legais propostas, visto considerarmos que poderão contribuir para uma mais fácil e célere qualificação das prestações como integrantes de contratos de trabalho.

Leiria, 2 de Março de 2016